

**MONOGRÁFICO REVISTA LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS,
INFÂNCIA E JUVENTUDE, VOLUME 18 NÚMERO 2**

MAYO – AGOSTO DE 2020

**Infâncias e juventudes latinoamericanas e caribenhas: violências, migrações, deslocamentos,
estigmas e re-existencia.**

A Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Infância e Juventude, a Rede de Pós - Graduação em Infância e Juventude (RedINJU) e o grupo de trabalho Clacso “Juventudes e infâncias: práticas políticas e culturais, memórias e desigualdades no cenário contemporâneo”, convidam a participar de maneira especial no número monográfico *Infâncias e juventudes latinoamericanas e caribeñas: violências, migrações, deslocamentos, estigmas e re-existencias*¹. O propósito deste número monográfico será gerar uma discussão renovada entre as e os investigadores, tomadores de decisão de políticas públicas e gestores das organizações sociais que vêm produzindo conhecimentos, gerando transformações e incidências nos meninos, meninas e jovens da América Latina e Caribe. Em especial, com este número monográfico busca-se divulgar e socializar os conhecimentos e reflexões produzidas no marco dos trabalhos realizados nas escolas internacionais de pós-graduação da RedINJU, o grupo de trabalho Juventudes e infâncias, a rede Clacso e outros trabalhos afins.

Nesse sentido, serão recebidos textos relacionados aos temas das escolas internacionais de pós-graduação:

1. Violências, estigmas, migrações e resistências.
2. Desigualdades, desafios às democracias, memórias e re-existencias.
3. Novas estratégias de mobilidade de meninas, meninos e jovens através da migração e o deslocamento na América Latina e Caribe.

A questão monográfica propõe debates e ações em relação aos temas abordados nas três escolas de pós-graduação, nas quais crianças e jovens são analisados em relação ao

¹ Página web <http://revistaumanizales.cinde.org.co/>

contexto latinoamericano e caribenho e em função de práticas de produção de conhecimento, política pública y mobilização social.

Inicia-se a partir do reconhecimento do contexto da América Latina e do Caribe, no qual historicamente a presença de múltiplas violências, desigualdades sociais e desafios às democracias foi naturalizada.

Nesse contexto, aparecem meninos, meninas, jovens, famílias, comunidades que deixaram suas casas, forçados a deixar tudo, despojados de sua terra natal, tomaram estradas para qualquer lugar, levaram com eles o pouco que lhes restava, o que lhes permitiram embalar quando foram ordenados a desocupar suas parcelas e arados. São errantes e passageiros, com raízes cada vez mais distantes de sua existência. Saíram em tempos de guerra ou antes de diferentes expressões de violência, quando os soberanos passaram a ocupar seus territórios. Ficar significava apagar a vida; tornar-se errante significava continuar a existir.

Abandonaram seus países, foram forçados a realizar caravanas, subir na parte de trás de mulas, atravessar fronteiras, estradas escondidas, fugir do controle da polícia. Migraram, mas não fizeram isso com desejo; Sua migração não é gratuita. Ali, onde eles concordavam em se ver para abandonar seu território, as lágrimas permaneciam; se despediram, sabiam que seria uma jornada incerta. Hoje viajam em grupos, são caravanas sem carnaval; tornam-se visíveis, chegam e se aglutinam na última fronteira que pertence à América Latina. O rumor de alguém do outro lado da fronteira, desejando derrubar os muros; e, em seus países de origem, violência estrutural, o que resta após conflitos armados e, em geral, violências múltiplas. São sujeitos do neoliberalismo, da marginalidade econômica, da precariedade de suas vidas, das múltiplas intolerâncias diante de nossa diversidade, da perda de confiança, do colapso dos tecidos sociais. Agora são milhares tentando se espalhar pelas ruas das cidades que não os esperam, que não os querem, que os desprezaram publicamente; e, apesar disso, eles continuam tentando. São migrantes forçados, suas memórias existem para entender o mapa, não apenas de suas trajetórias, mas também da conflagração de suas comunidades.

Aqueles que puderam, decidiram continuar existindo. Então hoje, entre os cinturões de miséria das cidades, eles aprendem o ritmo de outra vida. No anonimato, eles recriam seus

modos de vida sem pertencer a nenhum lugar. Dos silêncios aninhados neles, é necessário repensar o que lhes aconteceu..

Nesses contextos, narrativas hegemônicas foram construídas, legitimadas e reproduzidas em relação a crianças e jovens e seus agentes socializadores do ponto de vista da violação de direitos, que geralmente os posiciona da passividade, com a necessidade subsequente de proteção, ou do risco que geram nos contextos em que participam, devido à sua afetação diante da experiência e à perspectiva de compaixão que Bustelo tanto criticou. Nessas narrativas, as experiências, conhecimentos, necessidades e expectativas dos principais atores sociais foram negligenciadas; alguns por considerá-los dependentes e imaturos (é o caso das crianças), outros por assumi-los como atores sociais considerados perigosos, apáticos e respondentes (é o caso dos jovens).

Isso fez com que crianças e jovens fossem narrados como vítimas e, em alguns casos, como autores em contextos de guerra ou violência múltipla, situação que os deixa em um local de dependência e passividade para com os adultos. Ou seja, na história da violência, esses sujeitos tiveram um papel reprodutivo, mas não foram assumidos como sujeitos políticos com capacidade geradora e de ação, mas como parte dos “outros”, que comprometem o novo entendimento de “segurança”, que legitimou a violência contra crianças e que, no caso da juventude, levou a extremos como o suicídio. Em geral, a presença de violência silenciou as vozes de crianças e jovens por sua própria proteção ou pela proteção de seus entes queridos. Isso nos levou a esquecer o que foi experimentado pelas vozes de crianças e jovens e a ignorar muitos fatores que surgiram como práticas de proteção e ações em seus próprios contextos. A verdade foi considerada uma verdade única e não é percebida como presente naqueles filhos dependentes, imaturos ou perigosos. Portanto, suas memórias foram negligenciadas na história de nosso continente.

A América Latina e o Caribe são lotes de exilados, migrações, deslocamentos forçados e múltiplas expressões de violência. Eles têm sido uma multidão que excede os registros institucionais. Nunca saberemos realmente quantos são.

Consideramos essencial recuperar as memórias entendidas como significados atribuídos no presente às experiências vividas, em constante conexão entre o passado acontecido, os sentidos e práticas presentes e as possibilidades futuras que são construídas a partir desses

sentidos e práticas. Interessam as memórias para não permanecerem fixas no passado, mas como um exercício de recontar e, portanto, de ressignificar o que foi vivido, o que permite o surgimento de poderes, práticas de ação e reexistência, que partem da revitimização. Sabemos que, no caso das crianças, e muito mais em seus primeiros anos, a vida foi silenciada, as memórias foram silenciadas por sua proteção; Reconhecemos a importância da não-revitimização, mas também do exercício de reconstrução de memórias como aprendizado frente vida e como recuperação de sentidos e práticas culturais.

Frente ao contexto descrito, o número monográfico convida à questão de como as crianças e os jovens que vivem em contextos de violência e alta vulnerabilidade organizam seu desenvolvimento humano com outros e com outras e constroem e narram suas identidades de maneira generativa. subjetividades políticas, para que consigam mobilizar processos de transformação e ação. Ante o exposto, tendo em vista a importância de enfrentar e desativar, a partir da ação conjunta entre governo, sociedade civil, comunidade internacional, academia e crianças, famílias, agentes educacionais e organizações sociais, a naturalização do cotidiano de violência enraizada na desigualdade e na pobreza e cujas conseqüências diretas são percebidas no estabelecimento de dinâmicas sociais de exclusão e despolitização. Para isso, estamos interessados em desenvolver perspectivas de análise que visem reconstruir o presente, informando sobre o passado e permitindo refletir sobre deslocamentos e reconfigurações sob um novo ponto de vista: como resultado da transformação nas formas de participar, construir experiências coletivas e entender as práticas de ações social entre crianças e jovens.

Em consecução, o número monográfico se propõe: abrir a reflexão sobre as distintas violações e desigualdades presentes no contexto Latinoamericano e Caribe, em particular aqueles presentes em condições de mobilidade, migração ou deslocamentos forçados, condições nos quais se dão múltiplas vulnerabilidades e surgem também as subjetividades e identidades infantis e juvenis em processos de socialização política e práticas de ações.

Também, compreender as dinâmicas de violações e as mídias sociais e o papel que assegura a memória nos processos de participação de meninos, meninas e adolescentes; construir perspectivas de abordagem a partir das ciências sociais, relacionadas ao contexto latino-americano e caribenho, que orienta estudos sobre infâncias e juventudes em contextos de

violências e mobilidades, encaminhados a socialização política como via para a transformação social e a reconstrução de tecidos comunitários; complexificar a visão sobre os processos de socialização de meninos, meninas e jovens em tais contextos, a partir do reconhecimento da importância dos processos relacionais na construção de suas subjetividades, identificando o potencial transformador das relações e da participação de meninos, meninas e jovens como agentes sociais ativos na construção de país e de continente; e resgatar o papel fundamental nos processos de agenciamento e mobilização política do reconhecimento e a ressignificação das memórias que visibilizem as vozes dos meninos, meninas e jovens que viveram em contextos de violências e conflitos, desde suas potências e sua subjetividade política.

Eixos para a inscrição de propostas:

- Infâncias e juventudes: violências, mobilidades sociais, memórias e cidadanias.
- Infâncias e juventudes: Estado, ciclos políticos e políticas públicas.
- Infâncias e juventudes: mobilizações sociais, protestos, movimentos e mobilidades territoriais.
- Infâncias e juventudes: processos educativos e formativos.
- Infâncias e juventudes: ação coletiva, arte e educação popular.

O número monográfico se centrará em artigos resultados de investigação (incluindo sistematização de experiências).

As datas estipuladas para este processo são:

| Data de início | Data de encerramento | Ação |
|------------------------|-------------------------|--|
| 30 de setembro de 2019 | 15 de novembro de 2019 | Envio de artigos completos (pela plataforma OJS da revista) http://revistaumanizales.cinde.org.co/ |
| 15 de novembro de 2019 | 30 de janeiro de 2019 | Avaliação por pares |
| 30 janeiro de 2020 | 15 de fevereiro de 2020 | Envio de artigos com os ajustes incorporados (pela plataforma OJS da |

| | | |
|-------------------------|-------------------|---|
| | | revista) http://revistaumanizales.cinde.org.co/ |
| 15 de fevereiro de 2020 | 2 de maio de 2020 | Processo editorial e publicação no volume 18, número 2 (maio-agosto de 2020). |

Para esta publicação se terão em conta os alinhamentos de publicação da Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Infância e Juventude. Para mais informações ingressar ao seguinte link:

<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/conocenos/guia-para-los-autores-y-autoras>